



CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

**SESSÃO DA
ASSEMBLEIA
INTERMUNICIPAL
DA CIMLT**

**ACTA Nº 5
DE
19 / 11 / 2010**



CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

**ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
DA LEZÍRIA DO TEJO**

ACTA Nº 5

SESSÃO ORDINÁRIA

Dia 19 de Novembro de 2010

Início da Sessão: 21.00 horas

Términus da Sessão: 23.00 horas

Presidente da Mesa: Idália Maria Marques Salvador Serrão Menezes Moniz

Vice-Presidente da Mesa: Carlos Alberto Salvador Pernes

Secretária da Mesa: Carla Cristina Rodrigues Dias



**ACTA DA QUINTA SESSÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO (CIMLT)**

--- Aos dezanove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto nos termos do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aplicável por determinação do artigo 9.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, e da alínea a) do artigo 13.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 21.00 horas.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da CIMLT: Carlos Manuel Russo Mota, José Francisco Correia Afonso Marouço, Teresa Isabel Almeida Filipe, Pedro António Mendonça Ramos (em substituição de Maria Manuela Santos Ferreira Cunha), Ana Sofia Fonseca Casebre, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Inês da Nóbrega D'Aguiar, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, António Pratas Cardoso, Rui Augusto Nabais, Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, António José Rodrigues, Carlos Alberto Salvador Pernes, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Manuel Luís Gutierrez de Matos (em substituição de Ana Carla Ferreira Gonçalves), Bernardo António Palheta Serra, Maria Manuel Simão, Rodrigo António F.A. Rodrigues, Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, Fernando Manuel Duarte dos Santos, Francisco José Velez Gaspar, Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino, Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira, Filipe Claro Justino, Artur Fernando Salgado, Maria Manuela da Guia Nuncio Lucas, Lúcio Manuel Fernandes Marques D'Oliveira, Carla Cristina Rodrigues Dias, Albino da Piedade Pereira, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Jorge Alberto Cosme de Sousa Roberto, Patrícia Cachulo Pote, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Carlos Manuel Neves Leal, João Maria da Silva Travessa

Filipe, Teresa Margarida Batista Rodrigues, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Eduardo José Russo Gomes, Rui Manuel Presúncia de Jesus, Manuel Maria Lagos Pedroso, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz e Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto. -----

--- Apresentaram justificação de falta os seguintes membros: Maria Manuela Santos Ferreira Cunha, Ana Carla Ferreira Gonçalves, e António Manuel Silva Arribança.-----

--- Faltaram à sessão os seguintes membros: Pedro Raimundo Duarte Coelho, Sónia Patrícia da Silva Ferreira, António Pedro Mendonça Vieira, José Joaquim Jesus Braz, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Liliana Catarina Barroso de Sousa, Pedro Miguel dos Santos Queimado e António Manuel da Silva Moreira.-----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão: -----

--- Período Antes da Ordem do Dia;-----

--- Ordem do Dia:-----

--- 1 – Apreciação da Actividade da Comunidade Intermunicipal;-----

--- 2 – Apreciação de Análise Sumária e Demonstrações Financeiras Intercalares reportadas ao final do 1.º Semestre de 2010 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas;-----

--- 3 – Apreciação e Votação de Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2011;-----

--- 4 – Apreciação e Votação de Proposta de Nomeação de Sociedade Revisora Oficial de Contas como Auditor Externo da CIMLT das Contas dos Anos de 2011, 2012 e 2013;-----

--- 5 – Apreciação e Votação de Proposta de Autorização de Alienação da Participação da CIMLT no Capital Social da Municípia.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, referindo que a senhora Vice-Presidente da Assembleia Intermunicipal, Ana Carla Ferreira Gonçalves,



tinha solicitado suspensão de mandato. Referiu ainda que a CDU tinha indicado para sua substituição Manuel Luís Gutierrez de Matos. A senhora Vice-Presidente da Assembleia Intermunicipal foi substituída na Mesa pelo senhor Deputado Carlos Alberto Salvador Pernes. A senhora Presidente da Assembleia Intermunicipal prosseguiu a sua intervenção, colocando à votação a acta da sessão de 27 de Abril de 2010 da Assembleia Intermunicipal.-----

--- Submetida a votação, a acta da sessão de 27 de Abril de 2010 da Assembleia Intermunicipal foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 24;-----

--- Abstenções: 13.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, colocando à votação a acta da sessão de 30 de Junho de 2010 da Assembleia Intermunicipal.-----

--- Submetida a votação, a acta da sessão de 30 de Junho de 2010 da Assembleia Intermunicipal foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 24;-----

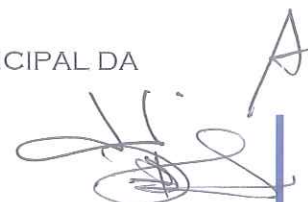
--- Abstenções: 13.-----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira (PS)**, fazendo uma observação e uma recomendação relativamente aos documentos recebidos. Em particular referiu os quatro volumes de papel que constituíam as actas das reuniões do Conselho Executivo. O senhor Deputado lembrou que em reuniões anteriores tinha sido feito um pedido para que fosse dado conhecimento à Assembleia das actividades que eram desenvolvidas pelo Conselho Executivo. Mas não compreendia que se utilizasse tanto papel, já para não falar do dispêndio que deveria ter sido o envio de toda a documentação a todos os Deputados. O senhor Deputado lembrou que hoje em dia existiam tecnologias que permitiam utilizar estes

documentos e fornecê-los em suporte digital. Alertou para o facto de existirem algumas pessoas que poderiam não ter acesso a suportes digitais, mas a grande maioria teria esse acesso. Assim, considerou não ser admissível que se continuasse a gastar papel daquela forma. Era importante ter conhecimento daquilo que se ia passando no Conselho Executivo, mas poder-se-ia fazê-lo utilizando as novas tecnologias.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Manuel Presúncia de Jesus (PSD)**, começando por felicitar, em nome do PSD, o senhor Presidente do Conselho Executivo pelas suas melhoras em termos de saúde e o seu regresso ao trabalho. Prosseguiu dizendo que também tinham a mesma preocupação no que tocava à documentação entregue aos senhores Deputados. Lembrou que o grupo do PSD tinha pedido noutra sessão que todos os Deputados fossem fornecidos de documentação em suporte digital. Na opinião do senhor Deputado continuava a haver um excesso de documentação, mesmo para análise, em termos de leitura nos computadores. De acordo com o senhor Deputado, era difícil ler tanta documentação no pouco tempo que tinham para a sua análise, após recepção, antes da realização da Assembleia. Segundo o senhor Deputado, para a presente Assembleia teriam sido emitidos, em termos de suporte de papel, cerca de 1500 cópias por pessoa. Terá sido, portanto, um dispêndio muito grande e deveria ser feito um esforço por parte do secretariado no sentido de minimizar este volume, dando a conhecer o essencial daquilo que era para tratar. Tanta documentação não seria prática para os senhores Deputados e seria dispendiosa para a própria CIMLT. O senhor Deputado prosseguiu felicitando os serviços do secretariado, uma vez que o relatório de actividades se encontrava muito melhor redigido, conforme tinha sido sugestão e apelo do PSD. De facto estava melhor organizado e de análise muito mais facilitada. Outra questão colocada pelo PSD tinha a ver com a criação de melhores condições de trabalho, ou seja, a existência de secretárias onde os senhores Deputados pudessem depositar os papéis ou eventualmente trazer um computador portátil, para fazerem o acompanhamento



dos trabalhos da Assembleia. Tal dignificaria e facilitava mais o trabalho dos senhores Deputados. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção, pretendendo saber, em tempos de crise evidentes que se viviam e que provavelmente iriam piorar segundo os especialistas, qual seria o impacto a nível da CIMLT do retrocesso do investimento da Administração Central e das transferências da Administração Central para a Comunidade. Qual seria, portanto, esse impacto em termos de projectos que estivessem para se concretizar ao nível da Comunidade e por quanto tempo se previa esse eventual retrocesso de investimento ao nível da Comunidade.-----

---- Usou da palavra o senhor **Deputado Lúcio Manuel Fernandes Marques D'Oliveira (GIGA)**, solicitando que no futuro se tentasse de algum modo articular com os senhores Presidentes das Assembleias Municipais a marcação das datas das respectivas sessões, para que não voltasse a acontecer o que tinha acontecido na última sessão, em que vários membros ficaram privados de estar presentes porque em simultâneo decorriam Assembleias Municipais. Na opinião do senhor Deputado, com um bocadinho de boa vontade não seria difícil coordenar essa situação, sob pena de um dia se marcar uma sessão da Assembleia Intermunicipal e de não haver quórum para a realizar.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, sugerindo que cada Deputado tivesse um endereço electrónico para onde seria enviada a documentação, sendo ao mesmo tempo impresso em papel um exemplar de toda a documentação para cada uma das forças políticas, dado que por vezes era necessário consultar o papel. Na opinião da senhora Presidente, não haveria necessidade de se fazer cópias para todos, mas se cada uma das forças políticas quisesse uma versão em papel, tal opção seria útil. Quanto à questão do relatório de actividades, e sem tirar o mérito ao PSD, a senhora Presidente referiu que tinha sido com grande agrado que se tinha vindo a aperfeiçoar, sessão a sessão, os documentos produzidos. Referiu que não tinha sido um trabalho de nenhuma força política, mas de todos os elementos da

Assembleia. Quis, assim, reconhecer o mérito aos funcionários da CIMLT que também tinham feito um esforço para se modernizarem.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, começando por agradecer os votos de melhoras ao nível da saúde que lhe tinham sido dirigidos. Referiu também que as sugestões apresentadas teriam acolhimento da parte do Conselho Executivo, ao qual interessava facilitar o mais possível o trabalho da Assembleia. Em relação às reduções de verbas, passou a palavra o senhor Secretário Executivo da CIMLT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, referindo que o Plano e Orçamento já reflectia uma redução comparativamente ao ano anterior. As verbas que iriam ser transferidas para os Municípios, face à crise do País e da Europa, iria reflectir-se e a Comunidade desenvolveria os projectos que os Municípios associados pretendessem, sabendo a CIMLT que o grande esforço dos Municípios associados era tentarem canalizar o máximo de verbas para executarem o QREN, elaborando a CIMLT acções complementares, nomeadamente em termos de planeamento. Ao nível do Ribatejo Digital, segundo o Orçamento Geral do Estado, haveria uma redução de verbas de cerca de 80 mil Euros, face ao ano anterior. Quanto à sugestão da senhora Presidente, lembrou que a mesma já tinha sido feita uma vez. Reconheceu que no dia em que a documentação tinha ido para os Correios, a entrada das instalações da CIMLT estava completamente cheia de papel. Lembrou que a Comunidade poderia disponibilizar toda a informação no site da CIMLT e cada membro da Assembleia teria acesso a uma password. Entrava no site da CIMLT, veria toda a documentação e a CIMLT poderia disponibilizar uma versão em papel, se assim fosse o entendimento da Assembleia, a todos os partidos políticos.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, lembrando a necessidade de todos os senhores Deputados fornecerem uma foto aos serviços da



Assembleia.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Augusto Nabais (PS)**, referindo que em relação ao envio da documentação tinha recebido com a Convocatória um documento que lhe tinha dado acesso ao site. Disse julgar que os colegas também o deveriam ter recebido.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Manuel Presúncia de Jesus (PSD)**, referindo que por uma questão pessoal preferia manusear a documentação em papel. Mas estava de acordo com a sugestão de ser entregue um exemplar por cada grupo político.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, referindo que os serviços da Assembleia já tinham enviado a documentação para a presente Assembleia de acordo com aquela que tinha sido a preferência de cada Deputado. A senhora Presidente referiu que iria fazer passar a folha de presenças, para que os senhores Deputados escrevessem na mesma as suas preferências: “papel” ou “electrónico”. Frisou que tal já tinha sido feito, mas uma vez que tinha havido problemas iriam repetir o processo. Chamou, no entanto, a atenção para as forças políticas e os movimentos representados ponderarem a hipótese da existência de um exemplar em papel e a possibilidade de todos os senhores Deputados poderem aceder à documentação via Internet, através de uma password. Em relação às Assembleias Municipais, a senhora Presidente referiu que tentavam sempre coordenar datas. No entanto, em certas alturas no ano havia obrigação de fazer aprovar documentos que não conseguiam estar prontos dias antes. Tal tinha acontecido na Assembleia de Junho e acontecia geralmente nas Assembleias de fim de ano. Assim, era necessário tentar coordenar todas estas situações, mas nem sempre era simples. Por outro lado, a senhora Presidente lembrou a figura da substituição, que era legítima e democraticamente legal para os senhores Deputados se fazerem substituir. No entanto, frisou que havia sempre uma preocupação da

Assembleia Intermunicipal, de não fazer coincidir as suas sessões com as datas das Assembleias Municipais.-----

--- **ORDEM DO DIA**-----

--- Passou-se de seguida ao **Primeiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação da Actividade da Comunidade Intermunicipal**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo tratar-se do cumprimento de um preceito obrigatório a informação sobre a actividade da CIMLT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, referindo que, em nome da bancada do PSD e após a análise do Relatório de Actividades, começava por felicitar a participação da CIMLT no Portugal Tecnológico, onde tinha tido a oportunidade de divulgar o Projecto Ribatejo Digital II. De acordo com o senhor Deputado, é dignificante a presença da Comunidade em eventos de grande dimensão nacional. O senhor Deputado disse ainda que o PSD tinha também constatado com agrado que duas das grandes prioridades da actividade da CIMLT eram a regeneração urbana e de alguma forma o desenvolvimento ligado às novas tecnologias de informação. Relativamente à regeneração urbana manifestou o seu agrado por esta opção política, que tem vindo a ser concretizada através das diversas actividades, por ser uma actividade económica que gerava emprego e de proximidade. Salientou as intervenções no património edificado das cidades, património esse muitas vezes degradado que afectava as condições de habitabilidade e não permitia que os centros históricos pudessem ter a regeneração desejada e atractividade, para que neles as populações pudessem fixar-se. Para além disto, na opinião do senhor Deputado, este investimento de proximidade dava trabalho efectivo às populações locais, isto porque empregava muita mão-de-obra operária não especializada, através das obras de construção civil, e incorporava materiais que também podiam ser obtidos muitas vezes nas proximidades do local onde era feita a reabilitação. Por tudo isto, o senhor



Deputado referiu que o PSD entendia que era uma decisão acertada, felicitando a CIMLT por essa opção. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção dizendo ter verificado que tinha havido uma reunião para saber da aplicabilidade do programa JESSICA, um programa com 140 milhões de Euros para a regeneração urbana. Questionou como seria feita a compatibilidade com os programas já em curso, designadamente na constituição da Sociedade de Reabilitação Urbana. Uma vez que já tinha sido adjudicada a delimitação das áreas de reconversão urbanística, por ajuste directo, à empresa Domus Rehabita, quis ainda saber se este trabalho apenas contemplava a delimitação das áreas de reconversão urbanística a intervencionar ou se também contemplava outro tipo de trabalho, designadamente levantamentos do edificado, construção das bases de dados e do relacionamento de todas as inscrições e matrizes prediais. Esta questão tinha a ver com a constatação de que tinha sido feita uma consulta aos serviços de Finanças para obtenção desta informação, mas o senhor Deputado disse ter ficado na dúvida se a adjudicação à Domus Rehabita era apenas para a delimitação das áreas ou se também contemplava este tipo de levantamento referido. O senhor Deputado mencionou o exemplo do Município de Santarém, que tinha em curso a sua sociedade de gestão urbana, e quis saber que mecanismos estavam previstos entre o Município e a CIMLT, em sede da uniformização do procedimento e de prevenção da duplicação de trabalhos com outros Municípios, que eventualmente também já tivessem SRU. O senhor Deputado continuou a sua intervenção dizendo que tinha tido também a oportunidade de ler que tinha havido a celebração de contratos-programa entre os Municípios e a SRU, mas não tinha encontrado as minutas dos contratos no meio de tanta documentação. Solicitou, assim, o acesso a estes contratos-programa, para aferir o nível de contratualização entre a SRU e os Municípios, bem como o critério de atribuição de verbas para cada Município proveniente da SRU. Relativamente ao Laboratório de Ruído, disse ter verificado que tinham sido realizadas seis avaliações acústicas no espaço de tempo entre as duas últimas sessões da Assembleia. Assim, voltou a

questionar a pertinência da existência de um Laboratório de Ruído na CIMLT. Questionou se a mobilização de meios humanos, recursos técnicos e a afectação de pessoal e de toda a consultoria para o Laboratório de Ruído se justificava para apenas seis avaliações acústicas neste espaço de tempo. Para além disso, no âmbito da adjudicação efectuada pela CIMLT a uma empresa externa sobre a delimitação de zonas mistas e sensíveis, bem como a adaptação das cartas de ruído dos Municípios, questionou se o Laboratório de Ruído, para além destas seis avaliações acústicas, não poderia ser rentabilizado e fazer recolhas acústicas dentro da área da CIMLT, para poder proceder à actualização dos mapas de ruído. O senhor Deputado terminou a sua intervenção questionando mais uma vez se seria necessário ter uma empresa de capitais públicos a fazer as avaliações acústicas, para fazer apenas seis.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, referindo que, no âmbito do Ribatejo Digital, a CIMLT tinha georeferenciada todas as ruas e todos os prédios existentes na Lezíria do Tejo, moradas e números de polícia. Tinha também a delimitação que tinha sido feita para a delimitação das áreas de reabilitação, urbana ou a transformação das antigas ACCRUS em ARUS, efectuadas pela Domus Rehabita, com a respectiva delimitação e fundamentação para os Municípios poderem entrar na SRU. Recordou que naquele momento da SRU só constava Coruche e Santarém, porque Coruche tinha o centro histórico aprovado e Santarém tinha a ACCRU da Ribeira de Santarém. Mas até ao final do ano, princípios de Janeiro, entrariam praticamente todos os Municípios da CIMLT na SRU, podendo haver uma ou outra excepção, mas apenas devido ao capital social em espécie, avaliação do registo nas Finanças, etc. Naquele momento, a CIMLT tinha as matrizes prediais e o levantamento também estava feito para quase todos os Concelhos. Todo este trabalho estava a ser feito em conjunto com a SGU de Santarém para a Ribeira de Santarém, mas também para Almeirim, Alpiarça, Cartaxo, Azambuja, Coruche, etc. Referiu ainda que a CIMLT teve reuniões com o senhor Director Distrital de Finanças, no sentido de, tendo a CIMLT os números de polícia e



as moradas, e tendo as Finanças também essa informação, poder cruzar-se tudo para se saber quem eram os proprietários. O senhor Secretário Executivo prosseguiu referindo que no ano de 2011, a SRU iria entrar na fase de elaborar os respectivos programas estratégicos das ARUS. No caso de Santarém teria de ser até 31 de Dezembro de 2011, bem como no caso de Coruche. A CIMLT só queria saber qual era o número do prédio e a actual morada do proprietário, para começar a iniciar os processos das vistorias, em consonância com os proprietários. Prosseguiu referindo que a CIMLT tinha todos os artigos das matrizes identificados, mas havia discrepâncias entre a base de dados da CIMLT e a do IMI. Na opinião do senhor Secretário Executivo, as Finanças deveriam ser informadas sobre essas discrepâncias, no sentido de poder haver edifícios que nem estavam registados ou que estavam omissos e tal contribuiria para a receita dos próprios Municípios. Referiu que estavam em conversações com a Direcção Geral de Impostos, que teriam que terminar até ao primeiro trimestre de 2011, podendo-se recorrer também às bases de dados dos proprietários das Águas do Ribatejo, Águas de Santarém, Águas do Cartaxo e Águas de Azambuja. Numa terceira solução poder-se-ia também ir aos registos das Conservatórias e perguntar porta a porta, vizinho a vizinho. O senhor Secretário Executivo prosseguiu referindo que não existia mais nenhuma SRU. A da CIMLT era intermunicipal. Existia uma Sociedade de Gestão Urbana em Santarém. Mencionou ainda que tinha ficado deliberado numa reunião ocorrida no dia anterior que a SRU iria prestar o mesmo tipo de serviço aos Municípios e à SGU de Santarém. Ou seja, as prestações de serviços obtidas através da SRU para fazer todo o levantamento e vistorias aos edifícios seriam feitas também na Ribeira de Santarém e perspectivava-se uma assessoria tipo chapéu para a elaboração dos respectivos programas estratégicos das ARUS. Portanto, Santarém estava na SRU e era compatível. A título de exemplo referiu que os trabalhos que iriam realizar para Almeirim seriam os mesmos que iriam realizar para a Ribeira de Santarém. Relativamente ao Programa JESSICA, o senhor Secretário Executivo disse que se trata de um Programa

Comunitário com 140 milhões de Euros para o País, estando destinados 10 milhões para o Alentejo. Explicou que o JESSICA funcionava em termos de empréstimo. Não era um fundo perdido. As entidades bancárias estavam naquele momento a candidatar-se aos tais Fundos de Desenvolvimento Urbano. Portanto, as entidades bancárias iriam gerir esses Fundos de Desenvolvimento Urbano, aos quais a SRU, SGU e eventualmente Municípios, se poderiam candidatar. Referiu ainda que este Programa estava numa fase um pouco embrionária. As elegibilidades eram as mesmas do FEDER. Deu então o seguinte exemplo daquilo que o JESSICA iria fazer: um determinado Município, dentro do seu centro histórico, queria fazer um infantário ou uma creche. Recorreria ao FEDER, o FEDER dar-lhe-ia 70 ou 80% e o JESSICA daria os restantes 20 ou 30%. Ou seja, um empréstimo a juro bastante bonificado. Mas explicou que nada disto estava ainda negociado. Ainda no âmbito da SRU, o senhor Secretário Executivo prosseguiu referindo que tinha sido elaborado um contrato-programa que tinha sido entregue aos Municípios para análise e o mesmo teria que ir às Assembleias Municipais. Os contratos-programa referiam que entre a SRU da Lezíria e o respectivo Município, a SRU da Lezíria iria fazer vistorias aos edifícios, identificar os proprietários, levantamento de equipamento e mobiliário urbano, ver a degradação dos edifícios e fazer o programa estratégico. Em contrapartida, o respectivo Município, por estes serviços prestados pela SRU, iria transferir uma verba para a respectiva SRU, verbas essas que teriam a ver com o número de prédios existentes em cada uma das ARUS. Naquele momento ainda não existia nenhum fundo para distribuir. O que havia era a vantagem da CIMLT, a curto prazo, junto do POVT ou do PO Alentejo, ter programas estratégicos para os ditos centros históricos ou para as áreas de reabilitação urbana, no sentido de canalizar FEDER e majorá-la com empréstimos, nomeadamente do Programa JESSICA. Frisou que era para isso que a CIMLT estava a trabalhar, no sentido de ter esses programas o mais depressa possível. Quanto à questão do ruído, explicou que a CIMLT tinha três pessoas a trabalhar nessa área. O facto de se fazerem seis medições de ruído



significava que não tinha havido muito ruído na vizinhança na Lezíria do Tejo. Ou seja, os bares, os cafés e os restaurantes tinham-se portado todos bem no primeiro semestre do ano. Referiu que a CIMLT tinha um técnico que era administrativo, mas que tinha toda a formação e estava creditado para efectuar as medições de ruído. Chegava a ir às 3 ou 4 da manhã fazer as medições de ruído de vizinhança, quando existiam queixas de vizinhos para vizinhos. Prosseguiu lembrando que o Laboratório estava creditado. No que dizia respeito ao mapa de ruído, esse era um outro aspecto. Tratava-se de uma prestação de serviços que tinha vindo de fora. A creditação estava feita. Ainda assim, explicou que a CIMLT estava creditada para não só prestar este serviço aos Municípios, mas também fazer medições de ruído para outras entidades externas. No que tocava aos elevadores, explicou que já todos os Municípios tinham transferido as competências para a CIMLT, fazendo assim a CIMLT uma prestação de serviços. Após Rio Maior transferir também a competência dos elevadores, a CIMLT ficaria na íntegra com a competência dos elevadores. Seguidamente teria que elaborar um regulamento de taxas e serviços a prestar ao exterior, que teria depois que vir à Assembleia Intermunicipal. Terminou mencionando que era sua intenção juntar as duas coisas: os elevadores e outro tipo de prestação de serviços, nomeadamente o Laboratório de Ruído, para que a CIMLT pudesse fazer outras medições ao nível da Lezíria do Tejo e que seriam fundamentais até na actualização da Carta de Ruído.-----

--- Passou-se de seguida ao **Segundo Ponto da Ordem do Dia - Apreciação de Análise Sumária e Demonstrações Financeiras Intercalares reportadas ao final do 1.º Semestre de 2010 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo que era uma das obrigações da CIMLT prestar a referida informação. Assim, os dados que constavam da pasta seriam suficientes para fazer a análise.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Russo Mota (PS)**, referindo

que tinha algumas preocupações em relação às demonstrações financeiras intercalares. No ponto 2.4 chegava-se à conclusão que no período em apreço as despesas correntes superavam as receitas correntes em cerca de 42 mil e 82 Euros. Isto, segundo o senhor Deputado, tinha que advir de alguma situação. Esta situação tinha resultado essencialmente da CIMLT ter efectuado pagamentos decorrentes de compromissos assumidos com fornecedores de bens e serviços correntes, sem contudo receber a totalidade da principal dívida corrente. Ora, a CIMLT não tinha recebido a totalidade da principal receita corrente – a quotização dos Municípios. O senhor Deputado questionou o que poderia ser feito para que os Municípios cumprissem, para que situações destas não continuassem a acontecer. Referiu de seguida o ponto 2.5, sobre uma anulação de um procedimento referente ao concurso público internacional da selecção do parceiro privado para participar na constituição de uma empresa intermunicipal de capitais maioritariamente públicos, para a gestão e exploração dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e saneamento dos Municípios da Lezíria do Tejo. Lembrou que no final do 1º semestre, o valor do activo da CIMLT era de cerca de 2 milhões 784 mil Euros. Esta acção tinha um valor de 103 milhões, 472 mil 975 Euros. Na opinião do senhor Deputado, tal era mais que preocupante. Era nuclear e deveriam ser tomadas as devidas cautelas com verbas desta ordem.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino (PSD)**, lembrando que estávamos no primeiro semestre e a execução orçamental estava a níveis de 20% para baixo. Questionou, assim, a que se devia a fraca execução, tanto no nível da receita, como no nível da despesa, e também no Plano de Actividades. O senhor Deputado quis também esclarecer dúvidas sobre a criação de um modelo inovador de Sociedade de Reabilitação Urbana. Quis saber como é que a SRU estava a ser estabelecida em termos de suporte financeiro. Se está nos pressupostos correctos. Referiu que o Conselho Executivo o tinha deixado preocupado, porque tinha afirmado que todos os Municípios iam entrar ou estavam a



entrar na SRU. Assim, pretendeu saber se a Comunidade Urbana se podia substituir às Assembleias Municipais neste ponto, se havia algum desfasamento de poderes. Questionou se a Comunidade já tinha mais poderes que as Assembleias Municipais nestes temas e se já podia ir buscar verbas ao orçamento das Autarquias sem passar pelas Assembleias Municipais.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, relembrando que esta Comunidade era Intermunicipal e não Urbana.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, explicando que existia um protocolo que já tinha sido submetido e aprovado por várias Assembleias Municipais, de participação na Sociedade de Reabilitação Urbana. As Assembleias Municipais também já tinham aprovado a delimitação das Áreas Críticas de Reabilitação e Renovação Urbana (ACRRU). Os contratos-programa tinham sido elaborados e estavam a ser apreciados, para serem remetidos às respectivas Assembleias Municipais até ao final do ano. O senhor Secretário Executivo prosseguiu dizendo que a regeneração urbana era um dos paradigmas dos nossos dias, nomeadamente a reabilitação e a regeneração urbana dos centros históricos. Com a SRU intermunicipal tinha-se procurado economias de escala, de eficácia e de eficiência, nomeadamente não tendo 11 Sociedades de Reabilitação Urbana, bem como um corpo técnico mínimo de um administrativo, um engenheiro e um arquitecto em cada uma delas. Na opinião do senhor Secretário Executivo, a Sociedade de Reabilitação Urbana da Lezíria do Tejo, intermunicipal, podia prestar serviços aos onze Municípios e podia tentar elaborar programas estratégicos para os centros históricos, numa perspectiva de encontrar a melhor estratégia em termos de investimento público e de investimento privado, obtendo os respectivos financiamentos. Mas as Assembleias Municipais seriam soberanas para que cada um dos Municípios aderisse ou não à respectiva SRU. Relativamente à baixa taxa de execução, referiu que a CIMLT estava com cerca de 37% de execução. No que

dizia respeito ao investimento isso devia-se fundamentalmente ao Projecto Ribatejo Digital II. Explicou que quando a CIMLT tinha feito o orçamento havia a estimativa de, num orçamento inicial, gastar para os Municípios associados cerca de 600 mil Euros em software. Este software incluía a gestão documental, intranet e submissão de processos online. Lembrou que hoje em dia, através do Ribatejo Digital, conseguia-se acompanhar os processos de obra desde que eles entravam na Câmara. Sabia-se qual era o seu estado. Em muitos desses serviços online, o munícipe mandava o formulário pela Internet, um funcionário na câmara imprimia e depois ia com o papel de mão em mão, prestava o serviço e voltava a colocar na Internet para o munícipe. Para o munícipe que está de fora, este era um serviço online porque ele não se tinha deslocado à Câmara. Mas na Câmara circulava quase tudo em papel. Com o novo software de gestão documental, partindo do pressuposto que seria reconhecido por todos os Municípios, tal deixaria de acontecer. Era esse investimento que a CIMLT previa fazer neste orçamento. No entanto, dos 11 Municípios, uns adoptaram uma solução de gestão de sistema documental, outros pretenderam outra. Três Municípios que tinham procedido a isso: Santarém, Rio Maior e Cartaxo. O grupo de trabalho, com todos os vereadores e técnicos de informática, chegou assim à conclusão de que não seria a CIMLT a fazer a candidatura para a gestão documental e para a submissão online, mas seria cada um dos Municípios a fazer essa candidatura ao QREN. Ou seja, o senhor Secretário Executivo explicou que não haveria prejuízo nenhum para os Municípios porque o objectivo ia ser alcançado. Chegou-se à conclusão que o software, que custa cerca de 70 mil Euros, seria adquirido por cada uma das Câmaras. A CIMLT iria efectuar uma coordenação da implementação desse software em todos os Municípios, nomeadamente na fase inicial, criando grupos de trabalho para a definição de fluxogramas internos para os circuitos. O senhor Secretário Executivo alertou para o facto de no Plano de Actividades e Orçamento para 2011, a verba do Ribatejo Digital II já não ser tão grande como aquela que estava prevista. Daí que esses cerca de 600 mil Euros em termos de software façam



baixar bastante a taxa de execução deste Plano. No que toca às Quotizações, o senhor Secretário Executivo referiu que a CIMLT já tinha estabelecido um Protocolo com uma Câmara, estava a correr tudo bem e estava a falar com mais duas, no sentido de irem pagando não a quota mensal, mas duas ou três vezes a quota. Este era um dos problemas realçados até pelo Revisor Oficial de Contas. No que toca à indemnização dos 100 milhões, lembrou que tal já tinha sido discutido em todas as Assembleias. Referiu que das acções interpostas em Tribunal de há dois anos até àquela altura não tinha notícias. Entretanto, os economistas que tinham prestado assessoria à CIMLT disseram que o valor pedido de 100 milhões eram expectativas de lucros que poderiam vir a ter, mas face à proposta que entregaram, se eventualmente a CIMLT perdesse a acção em Tribunal, os valores não seriam esses. No entanto, continuava a ser uma preocupação da CIMLT.-----

--- Passou-se de seguida ao **Terceiro Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2011.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo que a CIMLT tinha apresentado o Plano possível, sabendo todos que hoje em dia, quer nas Câmaras, quer na CIMLT não estavam a apresentar um Plano de Actividades que fosse de satisfação total. Era aquilo que estava ao alcance da CIMLT e que cumpria as disponibilidades existentes. Apesar de tudo, de acordo com o senhor Presidente, estavam consignados os objectivos estratégicos que a CIMLT considerava como necessários à actividade da Comunidade.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Russo Mota (PS)**, começando por se congratular pela declaração de que a CIMLT faria todos os esforços junto do Ministério das Obras Públicas para que se concretizasse o Plano Rodoviário Nacional na região. Naturalmente que estariam em causa o IC10, o IC3 e o IC13. Queria, de

seguida, saber se estava contemplado em Orçamento a alienação da participação no capital da Municípa. Pretendeu ainda ser esclarecido sobre as receitas correntes e receitas de capital. O senhor Deputado referiu que não tinha conseguido elementos que pudessem destringir o que eram as receitas correntes de tão elevado valor, bem como as receitas de capital de tão elevado valor. Mas, na opinião do senhor Deputado, naturalmente que teria que ter uma explicação lógica. Por último referiu alguns valores que disse poderem ser preocupantes, atendendo aos tempos que corriam. Alertou para o vencimento do pessoal, sem subsídio de férias e sem 13º mês, que ascendia a 304 mil Euros. Por outro lado, se o pessoal tinha uma verba para subsídio de refeição – 27 mil e 50 Euros – questionou porque é que aparecia depois uma verba de 15 mil Euros para alimentação e refeições confeccionadas. Referiu, de seguida, a existência de um equipamento informático, de 83 mil Euros, e um software informático, de 161 mil e 500 Euros, somando 244 mil e 500 Euros. Questionou se tal era necessário para os tempos que corriam. O senhor Deputado terminou a sua intervenção frisando que não era com espírito crítico que dizia aquilo. Naturalmente que estes números provinham de dados históricos, que teriam uma fundamentação. Mas sentia alguma preocupação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, distinguindo, em primeiro lugar, positivamente a criação do programa MAIS Lezíria, dizendo tratar-se de uma mais valia. De acordo com o senhor Deputado tinham sido lançados os dados para o fomento de um conjunto de actividades e de convívio da população, que em tempos de crise e com um pouco de esforço se conseguiam ter resultados realmente satisfatórios na ocupação daqueles que muitas das vezes precisavam destas ocupações e teriam de ser as entidades públicas a conceder-lhes estas oportunidades. O senhor Deputado prosseguiu referindo que o PSD tinha tido ainda a oportunidade de verificar com agrado, e na sequência de recomendações que tinham feito em anteriores reuniões, que está prevista a criação de uma base de dados com as infra-estruturas viárias dos espaços concelhios. O senhor Deputado



frisou que era fundamental que esta infra-estrutura viária dos vários Concelhos estivesse devidamente quantificada, não só por serem património, mas também porque tal permitiria ter uma visão abrangente do estado de conservação das mesmas e definir prioridades nas intervenções. Portanto, deixou o seu agrado por ver que esta preocupação tinha sido acolhida. Ainda relativamente às infra-estruturas rodoviárias, disse ter verificado que a CIMLT tinha executado reuniões com os operadores rodoviários que operam no espaço da Comunidade. Nesse sentido quis saber quando tinha sido a última reunião, que orientações tinham resultado dela e a sua monitorização, uma vez que o PSD entendia que o transporte público deveria ser valorizado num quadro de mobilidade sustentável. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção lembrando a construção do novo aeroporto, que eventualmente iria criar algumas alterações ao nível da mobilidade na região. Assim, o senhor Deputado considerou que deveria ser assumido com muito mais pertinência e importância a fixação desta grande infra-estrutura nacional e que deveriam já estar definidas algumas orientações do impacto que tal iria ter na mobilidade do espaço da Comunidade. Em relação às verbas disponibilizadas para a aquisição de hardware e software, o senhor Deputado disse que seria uma aposta que deveria ser feita e tanto quanto possível executada com aquilo que era previsto, porque o que se tratava aqui era da concentração e da disponibilização de serviços ao nível da informática para todos os Municípios, que era desejável. Eventualmente teria até um efeito de economia de escala, com a aquisição deste hardware e software centralizada. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção com uma dúvida relativa à adjudicação à Município da execução do levantamento da altimetria e hidrografia do espaço da CIMLT. Em primeiro lugar, lembrou que este espaço era região hidrográfica do Tejo e era tutelado pela ARH Tejo. Nesse sentido quis saber se este trabalho que estava a ser feito com a Município estava devidamente coordenado com a entidade que tutelava este espaço hidrográfico e se, não estando, se se previa que assim fosse. Ainda sobre a Município, e embora tivesse sido proposta a alienação da participação

da CIMLT na mesma, este trabalho tinha sido foi adjudicado à Municípa por adjudicação directa. O senhor Deputado solicitou esclarecimento sobre este ponto. Em relação à actualização do cadastro rústico no IGP, lembrou que a CIMLT tinha a felicidade da região estar praticamente toda cadastrada já desde 1962. Assim, relativamente à actualização que a CIMLT se propunha fazer conjuntamente com o IGP, estava a CIMLT a dar ao IGP esta informação das novas actualizações que eram feitas – divisões de prédios rústicos, construção de novas edificações? Questionou como estava a ser feito este trabalho.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, começando por referir a parte do Orçamento e da questão da alienação da Municípa estar ou não estar reflectida no Orçamento. Disse que por respeito à Assembleia iria esperar pela decisão da mesma para saber se a CIMLT poderia alienar o capital e depois inscrever-se-ia ou não o dinheiro em termos de Orçamento. Prosseguiu mencionando que os 100 mil Euros referidos que vinham da Administração Central eram as verbas transferidas pelo Estado para as Comunidades Intermunicipais, as tais que tinham tido uma redução de 80 mil Euros. Relativamente aos 700 mil Euros sobre “Continente e Administração Local” tratava-se das quotizações de 2011 e de mais a tentativa de recuperar algumas que estivessem eventualmente atrasadas. “O Estado de Participação Comunitário” tinha a ver com o FEDER, os “Outros Trabalhos Não Especializados”, relativos aos cerca de 200 mil Euros referidos, tinham a ver com a segunda fase do Ribatejo Digital. Quanto às alimentações confeccionadas, explicou que a CIMLT tinha uma verba prevista nesse âmbito em Orçamento, que tinha a ver com o Projecto MAIS Lezíria e com as actividades nele contidas. No que dizia respeito às restantes questões, na opinião do senhor Secretário Executivo alienar o capital da Municípa não tinha nada a ver com adjudicar ou não a altimetria à Municípa. Tratavam-se de coisas distintas. Lembrou que a Municípa era um dos fornecedores de cartografia. Daí que se pudesse ou não adjudicar à empresa, até porque tinha sido ela que tinha ganho o concurso público

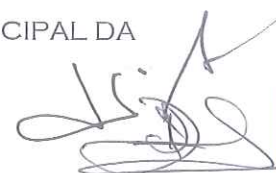


para elaborar a cartografia e portanto tinha sido considerado que deveria ser ela a fazer a altimetria da Lezíria do Tejo. Prosseguiu explicando que a cartografia era à escala 1:10000 para todos os Municípios e a altimetria definia os vales, os montes, as curvas de nível, etc. Este caso não tinha, portanto, muito a ver com a ARH Tejo, porque a ARH tinha uma competência única e simplesmente nas linhas de água, que até nem passavam nos centros urbanos. Portanto, a altimetria ia permitir à ARH, quando o quisesse, solicitar intervenções à CIMLT ou ser parceira da CIMLT. De resto, explicou que a CIMLT tinha já uma parceria com o IGP. Também com o IGP, a CIMLT tinha uma parceria sobre o cadastro rústico. Lembrou que o cadastro rústico era de 1960, mas estava todo em papel. E o trabalho não tinha sido feito pelo IGP, mas sim pela CIMLT. Tinha sido a CIMLT a digitalizar, vectorizar e georeferenciar todo o cadastro rústico da Lezíria do Tejo. Daí que hoje em dia todos os Municípios pudessem ir ao portal das Câmaras pesquisar um prédio georeferenciado, por exemplo. O senhor Secretário Executivo disse que essa articulação tinha vindo a ser feita com o IGP. Terminou a sua intervenção explicando que quando se fazia o registo de uma propriedade, as coisas deviam bater todas certo e deviam ser todas actualizadas numa base de dados. A informação das Finanças, das Conservatórias e da CIMLT deveria ser articulada, mas esta articulação deveria partir dos Ministérios. A CIMLT e IGP batiam-se por isso e iam actualizando as matrizes que o IGP tinha conhecimento. O ideal era na hora em que se fazia uma escritura de uma venda de uma propriedade, uma série de entidades, inclusive o IGP, terem essa informação para o cadastro rústico ser actualizado.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Eduardo José Russo Gomes (PSD)**, referindo que tinha lido que estava a ser acompanhada a execução de altimetria e hidrografia à escala 1:10000. Daí ter referido a ARH Tejo. Lembrou que a hidrografia era da competência da ARH Tejo. Linhas de água dentro de perímetro urbano eram da competência das Câmaras Municipais. Fora dos perímetros urbanos essa competência era dos proprietários. No que tocava ao cadastro rústico, alertou que

hoje em dia era muito difícil conseguir-se fazer uma divisão de uma propriedade sem que fosse o Município a atestar com a certidão de destaque, no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. Ora, se a CIMLT trabalhava directamente com os Municípios e se por força da Lei eram os Municípios que emitiam essa certidão de destaque, seria a Comunidade que teria esta faculdade de solicitar aos seus Municípios a informação das certidões de destaque que eram passadas, para eventual partilha com o IGP. O senhor Deputado prosseguiu referindo que o IGP, no seu site, tinha a possibilidade de consultar as cartas vectorizadas, embora não soubesse se esse trabalho era feito pela CIMLT. De qualquer forma, já existia essa consulta. Sendo as Câmaras a passar essas certidões de destaque, na opinião do senhor Deputado faria todo o sentido reunir essa informação. O senhor Deputado lembrou ainda que tinha questionado o Conselho Executivo sobre as reuniões com os operadores rodoviários.-----

--- Usou da palavra o senhor **Secretário Executivo da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, referindo que o cadastro rústico era do Ribatejo Digital. Referiu ainda que os Municípios podiam não ter conhecimento da venda de um terreno rústico a outra entidade. Prosseguiu dizendo que o que devia existir era uma articulação com os registos das Conservatórias, Finanças, Câmaras e a própria CIMLT. O mesmo deveria acontecer para as matrizes urbanas, em que a CIMLT precisava dos nomes dos proprietários para os poder contactar e andava há 8 meses a tentar fazê-lo sem sucesso. Mas continuava a batalhar por essa questão. Relativamente à altimetria e a hidrografia, o senhor Secretário Executivo referiu que no protocolo estabelecido com o IGP, a CIMLT fazia a cartografia e o IGP fazia a hidrografia e a altimetria. Mas a hidrografia e a altimetria tinha erros. Tinham sido detectados por alguns dos Municípios quando começaram a fazer a revisão dos PDMs. Era fundamentalmente por causa das revisões em sede de Planos Directores Municipais que a CIMLT estava a actualizar a hidrografia e a altimetria. Prosseguiu a sua intervenção lembrando que as ARH tinham nascido das CCRs. Lembrou ainda que a



CIMLT tinha protocolado com a CDDR de Lisboa e Vale do Tejo, de onde nasceu a ARH Tejo, a cedência e a partilha de cartografia à escala 1:10000, que incluía obviamente a hidrografia e a altimetria. A ARH tinha um ano e meio e toda a gente sabia, ao nível da CDDR de Lisboa e Vale do Tejo, que eram as Comunidades Intermunicipais, do Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo que tinham esta cartografia em parceria com o IGP e quando havia necessidade de trabalhar nesta matéria qualquer uma das entidades da Administração Central recorria ao IGP ou às Comunidades Intermunicipais. Quanto à questão dos operadores rodoviários, referiu que tinham havido reuniões no sentido de tentar melhorar alguns aspectos de percursos dos operadores, não tanto a pensar no novo aeroporto, mas no sentido de implementar alguns autocarros em espaços rurais, periodicidade, acesso a escolas, etc.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, referindo que tinha passado pouco tempo antes por um processo de habilitação de herdeiros, com uma série de artigos rústicos e urbanos, com destaques e tinha passado por uma loja do cidadão, onde toda a informação estava reunida nos serviços de registos e notariado. Depois, em cruzamento com as Finanças em Santarém, tinha conseguido em poucos dias resolver tudo. Frisou que os SIG tinham tido aí uma importância muito grande e nunca seria demais relembrar todo o trabalho que tinha sido feito, nomeadamente pela CIMLT. Tinha sido pioneira na utilização dos SIG e tinha dado um avanço muito grande naquela que foi a possibilidade de cartografar e de fornecer informação de questões que eram hoje de utilização muito prática e rápida, mas tinha sido fundamental esse trabalho inovador. A senhora Presidente quis também deixar o mérito ao Dr. António Torres, porque a ele se devia a forma como a região tinha implementada o SIG.-----

--- Submetida a votação a Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2011, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Passou-se de seguida ao **Quarto Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Nomeação de Sociedade Revisora Oficial de Contas como Auditor Externo da CIMLT das Contas dos Anos de 2011, 2012 e 2013.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, referindo que se tratava de uma proposta à Assembleia, que era resultado de um processo de selecção da firma, que ia de novo passar a auditar as contas da CIMLT. Explicou que tinha sido um concurso aberto, tinham sido percorridos os preceitos legais e o Conselho Executivo estava a propor à Assembleia a adjudicação a essa Sociedade, como resultado do concurso.-----

--- Submetida a votação a Proposta de Nomeação de Sociedade Revisora Oficial de Contas como Auditor Externo da CIMLT das Contas dos Anos de 2011, 2012 e 2013, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

--- Passou-se de seguida ao **Quinto Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Autorização de Alienação da Participação da CIMLT no Capital Social da Municípa.**-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Executivo da CIMLT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, solicitando à Assembleia a alienação de uma participação na Municípa, porque o Conselho Executivo entendia que para a CIMLT não trazia grandes benefícios continuar a ser associada da Municípa.-----

--- Submetida a votação a Proposta de Autorização de Alienação da Participação da CIMLT no Capital Social da Municípa, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.**---

--- Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pela Presidente, Vice Presidente e Secretária da Mesa.-----

--- A PRESIDENTE